



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Major Vieira

PROJETO DE LEI N.º 08/97.
Dispõe sobre o regime de adiantamento e contém outras providências

- PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído no Município de Major Vieira, a forma de pagamento de despesas pelo regime de adiantamento, que reger-se-á pelas normas contidas nesta Lei.

Art. 2º - Entende-se por adiantamento, o recurso financeiro colocado à disposição de um órgão ou de um servidor, a fim de lhe dar condições de realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal.

Art. 3º - Os pagamentos a serem efetuados através do regime de adiantamento ora instituído, restringir-se-ão aos casos previstos nesta Lei e sempre em caráter de exceção.

Art. 4º - O adiantamento mensal de cada espécie de despesa não ultrapassará o valor do duodécimo da dotação correspondente.

Art. 5º - Poderão realizar-se sob o regime de adiantamento os pagamentos das seguintes espécies de despesa:

- ✓ I - com material de consumo;
- ✓ II - com serviços de terceiros;
- ✓ III - com diárias e ajuda de custo;
- ✓ IV - com transportes em geral;
- ✓ V - judiciais;
- ✓ VI - com representação eventual;
- ✓ VII - extraordinária e urgente, cuja realização não permita delongas;
- ✓ VIII - que tenha de ser efetuada em local distante da sede da Administração Municipal, ou

em outro Município;

- ✓ IX - miúda e de pronto pagamento.

Art. 6º - Considera-se despesa e de pronto pagamento, para os efeitos desta Lei, as que se realizarem com:

✓ I - selos postais, telegramas, radiogramas, material e serviços de limpeza e higiene, lavagem de roupa, refeições, despesas de viagem e de hospedagem, pequenos fretes, transportes urbanos, interurbanos, pequenos consertos, telefonemas, gás, aquisição de jornais, revistas e outras publicações;

II - encadernações avulsas e artigos de expediente em geral, em quantidade restrita, para uso ou consumo imediato;

III - artigos farmacêuticos ou de laboratório, em quantidade restrita, para uso ou consumo imediato;

IV - outra qualquer, de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que devidamente justificada.



Prefeitura Municipal de Major Vieira

Art. 7º - As despesas com artigos em quantidade maior, de uso ou consumo remoto, correrão pelos dotações orçamentárias próprias e seguirão o processamento normal da despesa.

CAPÍTULO II DAS REQUISIÇÕES DE ADIANTAMENTOS

Art. 8º - As requisições de adiantamentos serão efetuadas pelos Secretários e Assessores Municipais, mediante expediente dirigidos:

- I - Ao Prefeito Municipal, quando a este se subordinar o órgão;
- II - Ao Presidente da Câmara de Vereadores, quando a este se subordinar a repartição;

Art. 9º - Dos expedientes requisitórios de adiantamento constarão, necessariamente, as seguintes informações:

- I - dispositivo legal em que se baseiam;
- II - identificação da espécie da despesa, mencionando o inciso do art. 5º da presente Lei, no qual ela se classifica;

- III - nome completo, cargo ou função do servidor responsável pelo adiantamento;
- IV - dotação orçamentária a ser onerada;
- V - prazo de aplicação.

Art. 10 - O prazo para aplicação poderá ser mensal, mencionando-se, neste caso, o valor global do adiantamento, a quantia mensal a ser liberada e os meses de aplicação.

Art. 11 - Na hipótese de adiantamento único, o expediente requisitório deverá esclarecer esse fato e fixar o prazo de aplicação.

Art. 12 - Não se concederá adiantamento a servidor em alcance.

Art. 13 - Não se fará novo adiantamento:

- I - a quem, do anterior não haja prestado contas no prazo legal;
- II - a quem, dentro de 30 (trinta) dias, deixar de atender a notificação para regularizar a prestação de contas;
- III - a quem já seja responsável por 2 (dois) adiantamentos.

CAPÍTULO III DO PERÍODO DE APLICAÇÃO

Art. 14 - O adiantamento solicitado em base mensal somente poderá ser aplicado durante o mês a que se refere ou durante o período de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega do recurso ao responsável.

Art. 15 - No caso de adiantamento único, o período de aplicação será aquele estabelecido no expediente requisitório, conforme o artigo 11.

Art. 16 - Nenhum pagamento poderá ser efetuado fora do período de aplicação.

CAPÍTULO IV DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADIANTAMENTOS

Art. 17 - O expediente requisitório será autuado e protocolado, seguindo diretamente ao Gabinete do Prefeito, ou ao Presidente da Câmara Municipal, para a competente autorização.

Art. 18 - Os processos de adiantamento, terão sempre andamento preferencial e urgente.

Art. 19 - Autorizada, a requisição será empenhada e paga com cheque nominal em favor do responsável indicado no processo.



Prefeitura Municipal de Major Vieira

Art. 20 - No caso de adiantamento em duodécimos a requisição será empenhada globalmente, pelo total do período, e mensalmente far-se-á a emissão de subempenho ou ordem de pagamento da parcela correspondente. Neste caso todos os pagamentos correrão pelo mesmo processo.

Art. 21 - Cabe ao Departamento de Contabilidade verificar, antes de processar o empenho, se foram cumpridas as disposições desta Lei.

Parágrafo único - Constatando alguma falha processual, não dará prosseguimento ao processo, devendo devolvê-lo, informando quais os procedimentos que se fazem necessários.

Art. 22 - Efetuando o pagamento, o Departamento de Contabilidade inscreverá o nome do responsável em conta denominada "RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS", subordinado ao Ativo Financeiro.

Art. 23 - Nos casos de adiantamentos vultosos, poderá o responsável, fazer saques parcelados na Tesouraria, mediante simples requisições contendo os números do processo e do empenho e o valor da parcela solicitada.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o período de aplicação, a que se referem os artigos 14 e 15, será contado a partir da data em que for entregue a primeira parcela.

CAPÍTULO V **DAS NORMAS DE APLICAÇÃO DO ADIANTAMENTO**

Art. 24 - O adiantamento não poderá ser aplicado em despesas diferentes daquela para a qual foi autorizada.

Art. 25 - A cada pagamento efetuado, o responsável exigirá o correspondente comprovante: Nota Fiscal, Nota Simplificada, cupom, recibo etc.

Art. 26 - As Notas Fiscais serão sempre emitidas em nome da Prefeitura ou Câmara Municipal, quando for o caso.

Art. 27 - Os comprovantes de despesa não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível, não sendo admitidas, em hipótese alguma, segundas vias, ou outras vias, cópias xerográficas, fotocópias ou qualquer outra modalidade de reprodução.

Art. 28 - Cada pagamento será convenientemente justificado, esclarecendo-se a razão da despesa, o destino da mercadoria ou do serviço e outras informações complementares que possam melhor explicar a necessidade da operação.

Art. 29 - em todos os comprovantes de despesa, constará o atestado de recebimento do material ou da prestação do serviço.

Art. 30 - Nenhuma despesa realizada pelo Regime de Adiantamento, poderá ultrapassar o valor correspondente a 2 (duas) vezes o salário mínimo mensal vigente.

Parágrafo único - Ficam excluídas do limite estabelecido neste artigo, as despesas correspondentes aos incisos V, VI, VII, e VIII do artigo 5º.

CAPÍTULO VI **DO RECOLHIMENTO DO SALDO NÃO UTILIZADO**

Art. 31 - O saldo de adiantamento não utilizado será entregue a Tesouraria da Prefeitura ou, quando for o caso à Tesouraria da Câmara, mediante guia de recolhimento onde constarão o nome do responsável e a identificação do adiantamento cujo saldo está sendo restituído.

Art. 32 - O prazo para recolhimento do saldo não utilizado, será de 3 (três) dias úteis, a contar do termo final do período de aplicação.

Art. 33 - A Tesouraria classificará o valor o saldo recebido no grupo das receitas orçamentárias "Restituições".



ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Major Vieira

Art. 43 - Com o parecer do Departamento de Contabilidade, o processo será encaminhado diretamente ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara de Vereadores, quando for o caso, para aprovação ou não das contas, voltando ao Departamento de Contabilidade para as seguintes providências:

I - no caso de as contas terem sido aprovadas:

- a) baixar a responsabilidade inscrita na conta "Responsáveis por Adiantamento" do Ativo Financeiro;
- b) convidar o responsável para tomar ciência, no próprio processo;
- c) arquivar o processo de Prestação de Contas apenso ao processo à disposição do Tribunal de Contas;

II - Na hipótese de aprovação das contas condicionada a determinadas exigências:

- a) providenciar o cumprimento das exigências determinadas;
- b) adotar as medidas indicadas no inciso anterior.

III - Não tendo sido aprovadas as contas, seguir a orientação determinada pelo Prefeito, ou pelo Presidente da Câmara de Vereadores, em seu despacho final.

Art. 44 - O Departamento de Contabilidade organizará um calendário para controlar as datas em que deverão entrar as Prestações de Contas de adiantamento concedidos.

Art. 45 - No primeiro dia útil imediato ao vencimento do prazo para Prestação de Contas, se estas não tiverem sido apresentadas, o Departamento de Contabilidade ~~oficiará~~ diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de 3 (três) dias úteis para fazê-lo.

Parágrafo único - Na cópia do ofício, o responsável assinará o recebimento da via original, colocando de próprio punho a data do recebimento.

Art. 46 - Não sendo cumprida a obrigação de Prestação de Contas, após o vencimento do prazo final estabelecido no artigo anterior, o Departamento de Contabilidade remeterá, no dia imediato, a cópia do ofício referido no parágrafo único do artigo 45, à Assessoria Jurídica, devidamente informada, para abertura de sindicância nos termos da legislação vigente.

Art. 47 - Os casos omissos, serão disciplinados pelo Executivo Municipal.

Art. 48 - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Lei em vigor, na data de sua publicação.

Paço Municipal, 07 de julho de 1997.


VICENTE MAZZARO
Prefeito Municipal

**Leitura do projeto de lei.-
Sessão Extraordinária do
dia 16.07.1997.**

Presidente da Câmara

Aprovado em 1.^a votação.

Em 17/07/97


PRESIDENTE

Considerado de urgência.

Dispensado interstício.

Em 17/07/97


PRESIDENTE

Aprovado em 2.^a votação
Encaminhe-se o projeto a sanção
do Prefeito Municipal.

Em 17/07/97


PRESIDENTE